

MEMÓRIA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA FÓRUM FLORESTAL EXTREMO SUL DA BAHIA

Local: Pousada Aldeia Portuguesa

Data: 23 e 24 de agosto de 2018

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Almir Requião	2- Manguezal Meu Quintal
4- Célio Roberto C. Costa	3- Associação dos Moradores de Costa Dourada
5- Maria Graças R. D. Bacelar	
6- Beline Passos	4- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
7- Fábio Fernandes Correa	5- MPE/NUMA
8- Renata Pereira	6- Conservação Internacional - CI
9- Ricardo Montagna	7- Associação Cultura Arte e Ecologia - ASCAE
10- Waldir Paixão Graciano	8- Associação Moradores Comunidade Oliveira Costa
11- José Francisco Júnior	9- Grupo Ambiental Natureza Bela
12- José Roberto de Jesus	10- Aldeia Novos Guerreiros
13- Genilson Almeida	
14- Noêmia B. Conceição	
15- Manoel d Conceição	
16- Sueli Abad	11- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
17- Márcio Braga	
18- Vilma Cruz Castro	12- Suzano
19- Yugo Matsuda	
20- Virginia Camargos	13- Veracel
21- Maria Otávia Crepaldi	14- Bióloga
22- Rodrigo Borges	15- Bióloga
23- Marcelo Matsumoto	16- World Resources Institute - WRI
24- Miguel Calmon	
25- Bruno Garcia	17- 2 Tree / ASPEX
26- Paulo Roberto O. de Andrade	18- ADAB/ABAF
27- Diogo Jahel	
28- Osvaldina Cruz	19- Flora Brasil
29- Felipe S. Diniz	20- Aero Verde
30- Dolores Alves dos Santos	21- Formas da Natureza



23 de agosto

Pela manhã aconteceram as reuniões setoriais para discussão da pauta. Na parte da tarde, após a apresentação dos participantes, o secretário executivo iniciou os trabalhos, abordando um pouco da trajetória do FF e da validação, ocorrida em julho, da empresa Geopixel para executar a terceira etapa do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal do Extremo Sul da Bahia. Em seguida, expos os assuntos constantes na pauta e indagou se a ordem seria mantida, ao tempo em que sugeriu que a apresentação pelo GT do Plano de Ação 2018-2023 tivesse vez após a exposição do curso de fortalecimento institucional pelo representante do Natureza Bela. O representante do IAPA demandou que antes fosse discutido o que foi proposto pelas organizações durante a reunião setorial, pois o maior problema do FF nos últimos 5 anos é a situação de Costa Dourada.

O representante da Fibria ressaltou que a pauta é previamente estabelecida e que a mesma deve se seguida. E que o ideal seria a alteração da ordem quando o secretário executivo envia para o grupo de mensagens. Em comum acordo, o representante do IAPA colocou o encaminhamento, debatido na reunião setorial, de se realizar uma visita de campo de 2 dias a Costa Dourada para tentar solucionar a problemática da região. E que a visita seja antes da última reunião do ano e com a presença dos funcionários das empresas responsáveis pelo trabalho de campo (colheita, estradas etc), observando o que foi publicado no caderno de 10 anos do Diálogo Florestal, com vistas a identificar e resolver o que foi e o que não foi cumprido. A visita contará com representantes de Costa Dourada, IAPA, MDPS, secretaria executiva e das empresas Fibria e Suzano, que tem operação florestal na localidade. E que o engenheiro florestal Marcio Braga, do MDPS, que tem conhecimento técnico, se encarregará de fazer o relatório da visita, com vistas a se fazer compromisso entre empresas e comunidade dos erros não se repetirem. O representante de Oliveira Costa afirmou que a situação da estrada principal atualmente está pior do que quando foi selado o acordo. E que se as pessoas que estão fazendo a operação fossem orientadas em relação ao acordo as coisas seriam diferentes. A representante de Costa Dourada lembrou da reunião realizada em Mucuri, quando foi feito o acordo de segurança nas estradas. O representante da Fibria colocou seus contatos à disposição para resolver os problemas que surgirem em relação ao operacional da empresa. A representante de Costa Dourada questionou porque não se faz a plenária na região e se cria um sistema diferente de trabalho e qual a dificuldade das empresas em colocarem sinalização eficiente nas estradas.

- **Apresentação da ONG Natureza Bela** – ementa de curso para fortalecimento institucional

Iniciando, o representante do Natureza Bela recordou que quando o FF foi criado um dos seus mandamentos iniciais era capacitação e qualificação do corpo técnico das prefeituras e também das ONGs que compõem o colegiado. E que a proposta que estava trazendo era de qualificação ou requalificação das organizações que atuam no território e não apenas das que participam do FF. Em seguida, fez um breve histórico da sua organização, que existe desde 2001, com 17 anos completados em abril e falou das experiências vividas pela organização, relacionando projetos, captações e parcerias realizadas ao longo desses 17 anos. Observou que as ONGs têm papel importante na sociedade e que muitas das iniciativas socioambientais levadas a cabo na região não têm êxito pelo fato dos indivíduos não terem noção da

formalização necessária para existir como pessoa jurídica e por desconhecerem os processos e custos burocráticos para manter sua instituição. E que, após constituídas, as organizações esbarram em limitações para participar de editais de financiamento, como tempo mínimo de fundação (via de regra 5 anos); contrapartidas exigidas e falta de capacitação dos quadros das instituições. E que essa falta de conhecimento burocrático leva as instituições à inadimplência já no 2º ano. Dentre outros motivos, por não fazerem a declaração do IR do presidente da associação, não fazer os serviços cartoriais necessários e balancete anual, ficando pendentes de tirar certidões negativas e, portanto, ficando impedidas de concorrer a projetos e parcerias para captar recursos.

E por não possuírem os requisitos mínimos para participar de editais, acabam sendo terceirizadas ou assumindo um papel terceirizado (alguém capta o serviço para elas e paga um valor, menor do que se tivesse vencido o edital). Pontuou que a falta de estrutura também é um problema, sendo que algumas organizações sem fins lucrativos atuam na prática como “consultorias ambientais”, ou seja, apenas desempenham atividades que assegurem dividendos aos seus dirigentes. E que via de regra há hierarquia cultural/salarial entre os membros associados, o que acaba por gerar a desagregação interna e conflitos de interesses. Constatou que nos últimos 10 anos pelo menos metade das ONGs ambientalistas ativas na Costa do Descobrimento desapareceram e a maior parte das que sobreviveram não possuem fontes de renda que assegurem o mínimo para mantê-las em atividade, sobrevivendo a base de doações (tempo/dinheiro) de seus integrantes. Mas que outra parte das organizações possuem raízes locais, atuam em conjunto com outros membros de sua comunidade/região e visam o benefício coletivo. Porém, não conseguem se organizar por falta de investimentos mínimos, limitando seu alcance e a desarticulação gradual da instituição até sua extinção. E que os desafios da boa gestão incluem: capacitação na formação de (novos) quadros dirigentes institucionais; capacitação na elaboração de projetos; capacitação na gestão financeira institucional; articulação interinstitucional e acesso a fundos de investimentos.

E que diante deste cenário, estava trazendo aos membros do Fórum Florestal a proposta do *Programa de Fortalecimento Institucional* - onde 20/30 organizações socioambientais regionais seriam contempladas com cursos de qualificação institucional, permitindo assim elaborar projetos de alcance regional a ser enviados às empresas para financiamento. O organograma das atividades constaria de: 1- formação da proposta de trabalho/custos; 2- seleção das instituições; 3- realização de cursos e capacitações; 4- apoio a formação de consórcios; 5- elaboração de projetos; 6- captação de financiamentos externos e 7- financiamento de projetos pelo FF. Informou que neste primeiro momento não foram estimados os custos necessários para a realização dos cursos e demais etapas deste Programa de Fortalecimento Institucional, mas que parte significativa deste custos poderão ser minimizados com a integração de todas as instituições presentes no território, apoiando as capacitações naquilo que são suas melhores expertises. E que neste cenário, os investimentos poderão ser melhor direcionados ao apoio de projetos das instituições, permitindo assim atingir o objetivo da proposta. Destacou que, após as (re)qualificações às instituições selecionadas, seria importante que as mesmas tenham condições de elaborar e encaminhar projetos a linhas de financiamentos previamente estabelecidas pelas empresas. Para isso sugere que as empresas poderiam criar um “fundo de recursos” ao qual as instituições (inicialmente aquelas estabelecidas no território) poderiam encaminhar suas propostas, que integrariam um “banco de projetos” a serem apoiados. Comentou a parceria do Natureza Bela com o BNDES para ações de restauração florestal de 211 ha no Monte Pascoal (58 ha), Pau Brasil (100 ha) e terras indígenas de Boca da Mata (53 ha). E que dentro dessa parceria está prevista a capacitação em elaboração de websites, tendo como público-alvo as 16 aldeias do entorno do parque do Monte Pascoal.

Abrindo o debate, o secretário executivo elogiou a proposta trazida pelo Natureza Bela, confirmando que o momento é de fragilidade das organizações e que é preciso buscar

mecanismos para as mesmas sobreviverem. O representante do Manguezal Meu Quintal parabenizou a iniciativa e comentou os percalços burocráticos vividos pelas associações e que saber o caminho das pedras torna o trabalho mais fácil. O representante da Fibria comentou que a proposta de fortalecimento das ONGs vai fortalecer também o diálogo promovido no FF. O representante de Costa Dourada destacou que realmente as pessoas desconhecem como funciona uma associação e que por isso teve dificuldades em formar a nova diretoria. A representante da Veracel afirmou que a empresa vê com bons olhos esse tipo de iniciativa e que tem apoiado dentro do território a legalização das organizações para participar principalmente de programas de agricultura familiar. E que é preciso refinar os conceitos básicos, pois há diferença entre associação, organização e cooperativa. O representante do Natureza Bela afirmou que o tamanho da empreitada vai depender dos recursos disponibilizados pelo FF. Sobre a sugestão do banco de projetos, esclareceu que existem demandas espontâneas e direcionadas. E que no caso de a empresa querer informação sobre, por exemplo, roubo de madeira, a ideia é abrir demanda específica para que as organizações apontem encaminhamentos e soluções. E as demandas voluntárias estariam num banco de propostas que são atividades do dia a dia, mais pontuais, e as empresas avaliariam se vão financiar ou não. Finalizando o debate, o secretário executivo indagou se havia viabilidade e interesse da plenária no curso e ressaltou que a falta de entidades fortes e atuantes ameaça a sobrevivência do próprio diálogo. E que ao longo dos anos se perdeu participação, capacidade técnica, qualidade e que tem que ver onde estão os erros e que a proposta do Natureza Bela vem ao encontro dessa indagação. E solicitou ao representante do Manguezal Meu Quintal para checar os recursos disponíveis e ver se tem sobra de caixa para dar início ao programa de fortalecimento institucional. E que se alguma organização quiser participar dos cursos de elaboração de websites e de gestão financeira, que serão realizados pelo Natureza Bela, manifestar o interesse para ver se existem recursos financeiros disponíveis no FF para viabilizar a participação nestes cursos. E que o apoio administrativo do FF (telefone ou e-mail) é o ponto focal para ver a demanda de quem deseja participar, podendo também indicar outras organizações para participar da capacitação.

Apresentação da ONG World Resources Institute – WRI – Programas VERENA, ROAM e Plataforma de Visualização e análise de dados espaciais e monitoramento (Miguel Calmon e Marcelo Matsumoto);

O representante da WRI fez a apresentação da Plataforma de Visualização e Análise de Dados Espaciais e Monitoramento, detalhando o Global Forest Watch, um sistema de monitoramento e alerta florestal online. O aplicativo de mapeamento une tecnologia via satélite, dados abertos e crowdsourcing para garantir o acesso a informações adequadas e confiáveis sobre as florestas, tendo como foco a perda de áreas florestais. O representante da WRI informou que os dados são produzidos por terceiros e as informações são colocadas no Global Forest Watch, que é um ambiente mais fácil de visualização. O secretário executivo indagou se - no caso do FF que já disponibiliza shapefiles com a localização dos plantios de eucalipto – automaticamente o GFW extrai essa informação do desmatamento. Algumas necessidades de fazer adaptações, quem faz programação toda é o global. Perda de cobertura florestal necessariamente não é o que acontece no chão.

Explicou como utilizar o mapa, no caso de estatísticas municipais, e fez uma demonstração da perda de cobertura florestal em Porto Seguro de 240 mil há, perda de 27 mil há ao longo de 2001 a 2017. Se tem área particular de interesse pode colocar imagens de satélite mais recente e carrega um monte de imagens da região e se quero saber tudo o que aconteceu em 2017, quais são imagens disponíveis para a área. Vai listar imagens. E quando seleciona imagem consegue saber o que aconteceu na região. Deu vários exemplos de como usar as

funcionalidades da plataforma, desde a perda da cobertura florestal em Porto Seguro; busca de imagens de satélite da região de interesse, podendo pesquisar um tempo específico e após selecionar a imagem dá para saber o que aconteceu na região; contornar a área de interesse e o programa faz os cálculos de área e desmatamento do polígono, faz extração dos dados na hora da área de interesse. Sobre cálculo de propriedades, informou que pode carregar shapes, desde que todos os arquivos estejam compactados em formato ZIP. E não podem ser exportados em shapefile, mas pode ser feito o download, indo para a página onde foram geradas as informações.

Observou que o mapa trata basicamente da perda de cobertura florestal e outro campo é cobertura arbórea. O material de cobertura arbórea são algoritmos, modelagem em relação aos dados que foram coletados no mundo inteiro e ajustados para cada região. O conceito que vai embutir no modelo pode variar em função da interpretação que o usuário tem de floresta. Ressaltou que plataforma permite observar outros usos da terra e incremento de vegetação, desde que a informação seja carregada, pois ela é uma plataforma de entrega de dados, de visualização e de consulta de resultados. Exemplificou com a customização que está sendo feita para o FF e para a região, onde foram inseridos os dados de cobertura vegetal de 2013 e através do polígono da área de interesse pode saber o que aconteceu com a cobertura, sendo gerados análises e relatórios. E que os mapas podem chegar a escala de 1:60.000.

Foi comentado que os dados poderiam ser disponibilizados pelo Google Earth que é de fácil acesso, mas não teria as funcionalidades do GFW, que é um ambiente que pode gerar uma série de estatísticas na área de interesse e outras informações específicas da região, como hidrografia e biodiversidade. Falou também da plataforma MapBiomas, lançada recentemente, que também tem aplicações parecidas e podem ser acessados dados locais, com todo histórico de uso e cobertura ao longo do tempo, de 1985 a 2017.

O secretário executivo esclareceu que a apresentação do WRI teve origem em reuniões com o MPE, na pessoa do Dr. Fábio Fernandes, objetivando através de dados de satélite favorecer ações de planejamento e fiscalização ambiental e que é preciso que as organizações se apropriem do potencial fantástico gerado pelo Monitoramento da Cobertura Vegetal, transformando em ações concretas de restauração, planejamento urbano, entre outras.

Em relação ao custo de manutenção, o representante de WRI informou que o custo é baixo, já que a plataforma já foi desenvolvida e que é necessário apenas a customização em função do resultado que se queira. A representante da UNIVASF comentou da sua vontade de que o Monitoramento chegue nas mãos da gestão pública municipal, que detém a política pública de supressão, para quando um técnico for fazer o licenciamento de uma obra ou a supressão em uma área não se mexesse nas áreas CORE, nas áreas mais integras e não interrompesse os corredores de biodiversidade. E avaliou que Porto Seguro ainda é um local com paisagem com 50% de cobertura. E que pelo menos as 10 prefeituras que tem o PMMA, fossem capacitadas minimamente e criar subprojetos, principalmente para pequenos licenciamentos, pois pequenas áreas fazem diferença na conectividade. O representante da WRI observou que o recurso mais difícil para se conseguir é o de capacitação de servidores municipais.

O representante do MPE afirmou que o objetivo do órgão é o mesmo do FF: agir de modo mais rápido no desflorestamento e acompanhar o incremento da cobertura vegetal nos acordos firmados com os proprietários rurais. E que com o IGEO está esbarrando na escala e da dificuldade de diferenciar o que é nativa e o que é exótica no GFW. O representante do WRI concordou que o principal problema do GFW é o falso positivo, de áreas não desmatadas ou que eram eucalipto. E que tem que ter mais filtros para diminuir os falsos positivos. E checar informação com imagens, antes de mandar técnico para campo.

O representante do Natureza Bela mencionou que o Inema, de Eunápolis, trabalha com o Google Earth e que seria bom um mínimo de treinamento para os servidores do órgão na ferramenta apresentada pela WRI.

O secretário executivo observou que no contrato feito com a Geopixel foi estabelecida uma capacitação que vai ocorrer por volta de março de 2019 e que é uma boa ocasião para envolver os técnicos das ONGs e das prefeituras, que fazem o planejamento territorial.

Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração - (ROAM)

O representante da WRI apresentou a Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração – ROAM (na sigla em inglês), que tem como meta global restaurar 300 milhões ha de terras degradadas até 2030 para atender a agenda de mudanças climáticas, sendo que deste total o Brasil se comprometeu com 12 milhões ha. E para cumprir a meta global foi desenvolvida a metodologia que identifica oportunidades de recuperação de áreas degradadas na escala da paisagem. E que a metodologia pode ser útil para a visão do território, pois pode ser aplicada para fazer a articulação e engajamento dos diversos atores. A metodologia é flexível, de baixo custo, e permite identificar e analisar rapidamente as áreas potenciais para a restauração de paisagens florestais (RPF) e localizar zonas específicas para restauração. E consta de 3 fases: Preparação do planejamento, onde se senta com os atores e define para que vai recuperar; Coleta e análise dos dados e Resultados e recomendações. E dos seguintes passos: engajamento dos grupos de interesse, que é fase que se gasta mais tempo; identificar intervenções de RPF; alinhar a RPF com prioridades; conduzir análises de RPF, validar e restaurar. Exemplificou, através de fotos, com o caso de Ruanda, lembrando que se define com os grupos o ponto de partida e onde quero chegar. E que é preciso alinhar as intervenções da paisagem com as metas estabelecidas pelo país. E não adianta querer restaurar sem saber as barreiras que podem te impedir de chegar ao seu objetivo. Citou que as análises de ROAM incluem: diagnóstico rápido para a presença de condições favoráveis; mapeamento de oportunidades de restauração e avaliação econômica. Abordou em seguida estudos de caso da Coreia do Sul, Níger, Costa Rica, México e Gana. E que no Brasil trabalhou-se em diversos lugares com diferentes escalas. Entre os quais, o vale do Paraíba (com mais de 120 atores envolvidos na restauração); Pernambuco e Santa Catarina.

O representante do MPE comentou que a motivação dos atores é fundamental e indagou qual a motivação dos atores para se engajarem no processo de restauração. O representante da WRI afirmou que quando se convive com a degradação a pessoa foca no seu problema, mas quando alguém cutuca, fala da paisagem como um todo e traz a metodologia certa os próprios atores-chaves se unem. E quem conduz o processo são os atores locais e que os problemas mais complexos devem ser abordados primeiramente. E que a restauração é só uma parte do problema da propriedade da pessoa e é um processo de longo prazo. O representante da Fibria falou da importância de engajamento dos pequenos produtores nas iniciativas de restauração da paisagem florestal. E o representante de Costa Dourada mencionou as iniciativas que estão em andamento na sua região, com vistas a reflorestar as falésias e ao mesmo tempo inibir as invasões.

VERENA - Valorização Econômica do Reflorestamento com Espécies Nativas

O representante da WRI iniciou sua exposição questionando de onde vem o dinheiro para recuperar milhões de hectares. E respondeu que no caso do Verena, o projeto conta com o apoio financeiro da fundação britânica CIFF (Children's Investment Fund Foundation), que chegou à conclusão de que as mudanças climáticas vão ter impacto direto na vida das crianças. E que o Brasil entrou no radar do CIFF em 2 projetos, focados na diminuição do desmatamento, agricultura de baixo carbono e recuperação de áreas degradadas. E que a ponte entre o CIFF e o WRI foi o empresário Roberto Waack, atualmente presidente da Fundação Renova, que sempre acreditou na silvicultura de nativas. E que o Projeto Verena busca demonstrar a viabilidade técnica e econômica da restauração e do reflorestamento com espécies nativas em larga escala, destacando os benefícios sociais e ambientais da atividade. E que o desafio era demonstrar que plantar nativas e implantar ou manejar sistemas agroflorestais é viável para o produtor e para o investidor de longo prazo. E que foram estudados inicialmente 3 casos reais em andamento (Amata, em Paragominas; Symbiosis, no

Extremo Sul da Bahia e Da Toca, do grupo Abílio Diniz). Depois esse número foi ampliado para 12 casos. E que foram identificados 12 fatores de sucesso para ter escala na silvicultura de nativas e sistemas agroflorestais. Foram feitas modelagens em campo, para garantir a integridade das modelagens. Os dados foram confrontados com os de nove culturas tradicionais da agricultura (banana, cacau, café, limão, pupunha e mandioca) e silvicultura (pinus e eucalipto). Comparados à média dos resultados na agricultura e silvicultura, a análise conjunta dos 12 casos estudados levou mais tempo para garantir retorno do investimento realizado. O tempo médio para o retorno financeiro foi de 16 anos contra 12 anos nos casos da agricultura e silvicultura. O tempo é mais longo devido ao ciclo da colheita de espécies arbóreas nativas. Por outro lado, o estudo apontou que o retorno foi maior (16%) para o reflorestamento com espécies nativas e sistemas agroflorestais do que a média da agricultura e da silvicultura com pinus e eucalipto (13%). Após 3 anos de estudo a conclusão foi que o reflorestamento com espécies arbóreas nativas e sistemas agroflorestais é uma atividade competitiva do ponto de vista financeiro se comparada à produção agrícola e à silvicultura com pinus e eucalipto praticada no Brasil.

24 de agosto

Arranjo de governança – revisão da Instrução Normativa de reembolso às organizações

Quanto à possibilidade de aluguel de veículos, solicitada pelos representantes da região de Costa Dourada, foi aprovada a seguinte redação:

- Quando o deslocamento for feito em veículo alugado, deve ser respeitado o teto de R\$ 100,00 (a diária), conduzir no mínimo 2 organizações membros e ser solicitado com antecedência mínima de 7 dias para verificação de viabilidade por parte da Secretaria Executiva.

Apresentação do GT - Plano de ação 2018-2023 – Fechamento do Plano –Inclui denúncias encaminhadas por organizações membro as quais foram inseridas na forma de atividades do plano

A representante da CI fez as apresentações das propostas discutidas no GT em relação ao Plano de ação 2018-2023. Entre as quais, deliberou-se pela criação de um mini GT, composto pelo secretário executivo e as representantes da CI e Veracel, para fazer o detalhamento das atividades e definir objetivos bem claros, antes da próxima reunião do GT. O detalhamento será discutido no GT e depois apresentando à plenária. Também foi deliberado no GT que o Plano de Ação norteará a pauta das reuniões.

A ação “Implantar um grupo de trabalho no âmbito do FF com técnicos das prefeituras para estimular o planejamento da paisagem e o ordenamento territorial” foi retirada do plano de ação. Com a proposta de construção de um arranjo institucional visando o envolvimento das prefeituras e incentivar o comitê de integração dos PMMAs. Além de repensar e Integrar as atividades de análise da paisagem, do arranjo institucional para capacitação alinhado aos PMMAs e o monitoramento de fauna e flora.

Na atividade 1.7 – avaliar e analisar os acordos firmados no FF e a viabilização de um monitoramento do cumprimento dos mesmos, sugeriu-se um prazo de 5 anos para revisão dos indicadores para monitoramento dos acordos.

E o GT lançou a pergunta, que vai ter que ser trabalhada, de entender como as empresas aplicam o conceito de adaptação às mudanças climáticas nos vários ecossistemas no seu procedimento operacional, para perceber como as empresas identificam alterações na dinâmica hídrica nas suas áreas de atuação, como a diferença de ocupação de solo, regime

hídrico e mudanças climáticas estão sendo considerados pelas empresas nos seus processos operacionais.

A representante de Costa Dourada fez um questionamento de qual nomenclatura usar para os núcleos isolados que existem na sua região e solicitou que seja feita consulta à legislação sobre o assunto para nomear adequadamente esses grupos.

Apresentação da Fibria – Status atual, a luz dos monitoramentos da cobertura vegetal, da área ocupada por plantios de eucalipto nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri

O representante da Fibria ressaltou que os dados que estava trazendo foram retirados da 2ª fase do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal, para responder ao questionamento do representante do Natureza Bela que afirmou que os plantios nos municípios citados estariam na ordem de 70%. Informou que em 2006/2007, o município de Alcobaça tinha 47,17% com eucalipto plantado; Caravelas tinha 41,87%; Mucuri, 43,80% e Nova Viçosa, 57,66%. Ressaltou que não há nenhum acordo de redução e sim de congelamento de plantios, a partir de dezembro de 2011, que foi atendido pelas empresas. E que no ano de 2013 passa a ter redução 38,23%; Caravelas; 38,46%; Mucuri, 39,69% e Nova Viçosa, 43,70%. E bem diferente do que foi apontado pelo representante do Natureza Bela. E que em abril de 2019, após a conclusão da 3ª fase do monitoramento, é possível saber o que substituiu o eucalipto nas áreas que houve redução do plantio. O representante da ADAB/ABAF adiantou que em áreas onde houve redução de plantio muitos fomentados migraram para as culturas de mamão e café, além da cessão de áreas das empresas para associações se dedicarem à agricultura familiar.

Apresentação da Veracel – Frutos do Projeto de Observação de Aves

A representante da Veracel iniciou sua exposição lembrando que o Projeto de Observação de Aves da Costa do Descobrimento nasceu da proposta de se trazer uma forma de turismo sustentável para a região, envolvendo a RPPN Veracel, o Parque Nacional do Pau Brasil, RPPN Rio do Brasil e Refúgio da Vida Silvestre do Rio dos Frades, liderado pelo CI que tem experiência no uso sustentável das unidades de conservação. E com a adesão das prefeituras de Porto Seguro e Cabrália, que estão oferecendo o turismo de observação de aves.

Afirmou que no projeto foi feito um diagnóstico da região e foram identificadas 360 espécies de aves, das quais 30 são ameaçadas e 49 são endêmicas.

Dentre as ações realizadas até o momento, destacou oficina de observação de aves, no Senac; um curso de planejamento; o 1º Passarilhar, na RPPN Estação Veracel; curso de formação de condutores; o 1º Festival de Aves da Costa do Descobrimento, na Semana do Descobrimento (Cidade Histórica); o livro Observação de Aves na Costa do Descobrimento. No link <https://www.conservation.org/global/brasil/Pages/Observacao-de-Aves.aspx> está toda a história do projeto e o passo a passo de como foi desenvolvido, podendo ser replicado por quem tiver interesse. E falou da visita dos motoqueiros Caio e Tati, que percorreram 12 mil quilômetros em busca de 10 aves que estão ameaçadas de extinção e que fizeram um mapa do local de ocorrência das espécies dentro da Estação Veracel. E que este material – Expedição Tesouros do Brasil Caio e Tati na Estação Veracel - está sendo trabalhado nas escolas do entorno da Estação, com realização de passarinhadas e com um retorno surpreendente. Destacou que está sendo implantado um observatório de aves na Estação Veracel com objetivo de promover o turismo sustentável e gerar ciência cidadã. E que qualquer pessoa que faz uma passarinhada na estação e relaciona as espécies que avistou, essa lista vira informação científica, usada em prol da conservação da unidade.

Leitura e validação do edital para contratação de Secretaria Executiva do Fórum Florestal – período 2019-2020

O secretário executivo apresentou as 2 principais mudanças introduzidas no Regimento Interno em relação à candidatura para a secretaria executiva: candidato residir no Extremo Sul da Bahia e incluir pretensão salarial. E dessa forma será avaliado o perfil do candidato e sua proposta de salário. O representante da Fibria argumentou que a inclusão da proposta salarial é importante para dar um norte em saber quanto a pessoa quer receber, mas que a equalização técnica vai ser feita em cima de uma planilha, com pesos para cada requisito exigido. Em relação ao item, pretensão salarial, houve debate na plenária e não houve consenso em torno da inclusão. Dessa forma, ficou decidido que será retirado do edital e que este incluirá um valor fixo. A comissão de avaliação selecionará entre os inscritos 3 candidatos, que farão a apresentação de seus planos de trabalho na reunião de novembro. A plenária é que irá definir, de acordo com as habilidades e competências do candidato, quem irá conduzir os trabalhos do FF de 2019 a 2020.

O secretário executivo informou ainda que está aberto o período para inscrição da instituição sede e que as organizações interessadas devem consultar o Regimento Interno. Estabeleceu-se o limite para envio de propostas para o cargo de secretário (a) executivo (a) até o dia 30 de setembro e para instituição sede até 15 de outubro.

Informes de participação em reuniões: Beline Passos e Sueli Abad

O representante do IAPA fez os informes dos 2 eventos que participou, representando o FF em duas reuniões em Teixeira de Freitas. No primeiro, realizado na Câmara Municipal, sobre o rio Itanhém, ressaltou que o evento foi de cunho político, com muitos discursos, e na parte técnica, quase ao final da reunião, teve pouco tempo para elaboração de perguntas. O segundo, sobre as bacias hidrográficas do PIJ, tinha apenas 8 representantes regionais e da comissão que veio de Salvador tinha 19 representantes. Se sentiu frustrado por não ter representantes da região e não ter sido produtivo, tendo se falado muito em cerrado e pouco sobre a realidade da região. E informou que fez visita na Mata da Meio, junto com a representante da Suzano, e falou do seu sonho em transformar o local numa Estação Veracel. A representante do MDPS comentou que no comitê do FRABS foi apresentado o Plano Diretor de Recursos Hídricos, diagnóstico feito pela Hydros Engenharia, e que vai ser muito útil para embasar as ações do comitê e também para o evento sobre águas, pelo FF, em março de 2019. Quanto sua participação no evento realizado no IFBA, que tinha também como objetivo fazer contato com produtores e presidentes de sindicatos rurais, mas que os mesmos não estavam presentes. E que com apoio de representante da ADAB/ABAF conseguiu alguns contatos para convidá-los para a reunião do FF. Informou também que fez contatos por e-mail com as pessoas que estão no grupo de mensagens do FF e que não estão mais comparecendo as reuniões. E que só uma delas respondeu, mas não poderia estar presente.

Mosaicos Florestais Sustentáveis e Corredores de Biodiversidade, conceitos e relevância. – Apresentação para nivelamento de informação sobre corredores de biodiversidade e outros conceitos correlatos (Prof^a Dr^a. Maria Otávia Crepaldi)

Iniciando a apresentação, fez um resumo do seu currículo e da sua atividade profissional, atualmente como docente da UNIVASF, no IFBA, sempre na perspectiva de corredor central da mata atlântica. Em seguida, conceituou o que é paisagem, de fundamental importância dentro do conceito de corredores ecológicos, situando a definição clássica da definição científica. E como foi sendo incorporados conceitos de homogeneidade, heterogeneidade, escala, complexidade, globalidade, ecologia, geossistema, enfoque agrônomo, agroambiental e modelos quantitativos. E que na definição moderna a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispersos. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da

combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. E que a definição de terreno que se abrange num lance de vista, está mudando pois hoje o ser humano tem mais olhos por conta da tecnologia e do sensoriamento remoto (sensores, satélites, foto aérea, drones etc). Abordou a estrutura da paisagem, explicando os conceitos de mancha, corredor e matriz. Mancha: área restrita e não-linear da paisagem que se distingue das unidades vizinhas e varia em tamanho, forma e características de borda). Corredor: área homogênea e linear da paisagem que se distingue das unidades vizinhas, promover mobilidade e conectividade através da paisagem, podendo promover também o trânsito de espécies daninhas, exóticas e invasoras, de doenças, além de facilitar a caça e até mesmo a proliferação de incêndios. Matriz: unidade dominante da paisagem. Unidade mais extensa da paisagem, conectada com as manchas e exerce maior controle na dinâmica da paisagem. Explicou que a matriz seleciona quais animais vão passar ou não, ou quais as variedades vão ser mais adaptadas. Ilustrou a importância da matriz pelo fato dela regular os fluxos biológicos, o uso dos stepping stones e determina parcialmente a sensibilidade à fragmentação. E citou pesquisas sobre a ocorrência de mamíferos na cabruca e em florestas nativas, sendo que as espécies generalistas ocorrem mais na cabruca e as espécies especialistas na floresta nativa. Sobre a utilização de softwares para determinar a funcionalidade dos corredores ecológicos, afirmou que as análises são por espécie e as são modeladas em função de requisitos. E relacionou alguns softwares que são utilizados para calcular os caminhos de menor custo para a construção de corredores ecológicos funcionais. Mostrou algumas experiências mundiais de corredores ecológicos, entre elas, uma no Canadá, para transito de ursos. Relatou que no Brasil o conceito de corredor entrou no radar por conta dos hot spots, pontos de alto endemismo e alta pressão humana, que no nosso caso são o cerrado e a mata atlântica. E após análise de vários pontos de endemismo, estabeleceu-se 3 centros de endemismo: Nordeste, sul da Bahia e norte do Espírito Santo e Serra do Mar. Deu ênfase maior ao corredor central da mata atlântica, que abrange o Extremo Sul da Bahia, que abriga 24 espécies de primata, sendo 21 endêmicas e 20 ameaçadas de extinção. Lembrou que os dados do Monitoramento da Cobertura Vegetal são fundamentais para a realização do monitoramento dos remanescentes florestais do Sul da Bahia, apontou as áreas críticas para conservação e os instrumentos que existem para fazer o ordenamento territorial. Citou sua experiência junto a produtores rurais do norte do Espírito Santo, na formação de mini corredores ecológicos, através do Plano de Manejo do Muriqui do Norte. Fez referência a dois projetos que participou: o Plano de formação de corredor ecológico entre a RPPN Estação Veracel e o Parque Nacional do Pau Brasil; ao Planejamento da implantação de corredores de vegetação entre quatro unidades de conservação em Porto Seguro. E como projeto futuro: o “Corredor onça-pintada: o planejamento da conectividade entre os remanescentes florestais de Belmonte, Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro - BA”. Abordou também suas perspectivas futuras para as áreas conservadas: turismo de base comunitária, observação da vida silvestre, Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, espacialização do banco de dados dos monitoramentos de fauna e flora (padronização metodológica) e discussão dos instrumentos políticos para a implementação dos corredores. E finalizou lembrando o projeto Porto das Águas, que tem como objetivo recuperar a bacia do rio dos Mangues, que já foi apresentado para a Secretaria de Meio Ambiente e está se tentando que ele saia do papel.

Sendo o que ocorreu, esta memória de reunião foi elaborada pela secretaria executiva